



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

RAFAELA BARBOSA PEREIRA

**UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
VOLTADA AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA.**

**GUARABIRA
2018**

RAFAELA BARBOSA PEREIRA

**UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
VOLTADA AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de licenciado em
Letras Habilitação em Língua Portuguesa.
Orientadora: Prof.^a Esp. Aline de Fátima da
Silva Araújo.

**GUARABIRA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P4360 Pereira, Rafaela Barbosa.
Um olhar sobre a prática do professor de Língua Portuguesa voltada ao aluno com deficiência [manuscrito] : / Rafaela Barbosa Pereira. - 2018.
41 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Profa. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo, Departamento de Educação - CH."
1. Língua portuguesa. 2. Formação de professores. 3. Alunos com deficiência. 4. Surdez.
21. ed. CDD 302.14

RAFAELA BARBOSA PEREIRA

**UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
VOLTADA AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de licenciado em
Letras Habilitação em Língua Portuguesa.
Orientador: Prof.^a Esp. Aline de Fátima da
Silva Araújo.

Aprovada em: 31/06/2018.

BANCA EXAMINADORA

Aline de Fátima da S. Araújo
Prof.^a Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo (Orientadora)
UEPB (Campus III)

Debora Regina Fernandes Benicio
Prof. Me. Débora Regina Fernandes Benicio
UEPB (Campus III)
Examinador

Verônica Pessoa da Silva
Prof. Dr. Verônica Pessoa da Silva
UEPB (Campus III)
Examinador

Ao meu pai, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me abençoar e me dar forças para que em meio a tantas dificuldades eu conseguisse concluir este curso com tamanha maturidade e aprendizado. Grata pela vida do meu esposo, que sempre me apoiou e me ajudou no decorrer de toda minha vida acadêmica, a minha família que sempre acreditou no meu potencial, aliás, sou o orgulho de todos.

Não poderia deixar de mencionar de maneira tão especial a minha orientadora, Aline Araújo, deixando os meus mais sinceros agradecimentos, por tamanha paciência, dedicação, disponibilidade em nunca se negar a orientar, em sempre responder com carinho a cada pergunta e a cada erro grotesco.

Peço obrigada a cada docente que contribuiu no meu conhecimento ao longo de todo percurso nesta universidade, como também a coordenação do curso na pessoa de Marciely, que nunca esteve ausente para atender aos alunos de letras, a todo o momento com uma bela simpatia e grande eficiência.

Agradeço a todos os amigos e colegas da minha turma, os quais passaram comigo cinco anos, de muitos apanchos, mas também de muitas conquistas. Aos chefes de trabalho que nunca me negaram a liberdade de me liberar do trabalho um turno para que eu pudesse estudar.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”.

(Paulo Freire).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
3	A FORMAÇÃO DO PROFESSOR.....	12
4	UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR.....	15
5	O PROFESSOR E A PRÁTICA DE ENSINO INCLUSIVO.....	18
6	ASPECTOS HISTÓRICOS DO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	20
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
8	CONCLUSÃO.....	30
9	REFERÊNCIAS	32
10	APÊNDICES	36

**UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
VOLTADA AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA.**

PEREIRA, Rafaela Barbosa.

RESUMO

Este trabalho visa analisar os aspectos da formação dos professores de Língua Portuguesa em relação ao ensino da pessoa com deficiência. Como também apresentar algumas dificuldades em sua prática de ensino. A metodologia utilizada, foi uma pesquisa qualitativa realizada através de um questionário. Foram analisados os dados dos questionários destinados a dois professores de língua portuguesa que trabalham diariamente com alunos com deficiência, sendo assim, analisamos através das respostas dos docentes as maiores dificuldades e a questão da inclusão que ainda é um grande desafio para o docente, como também as práticas de ensino mencionadas em sala de aula, pois, conforme foi observado são usados recursos pedagógicos, mas muitas vezes é esquecido o trabalho da tecnologia da informação, ligada ao exercício didático. A questão dos cuidados que o educador deve ter em relação à evasão escolar também é citada neste estudo, tendo em vista que o aluno tem várias razões de não frequentar a escola e precisa do apoio escolar para fazer a intermediação. Para enriquecimento e comprovações de teorias, foram citados escritores a exemplo de FERREIRA, (2007), CANARIO, (1998) e OLIVEIRA, (2000). O presente estudo foi de suma importância para a reflexão de como trabalhar com esses alunos, quebrando os possíveis paradigmas que aparecem no caminho por meio da formação continuada, cursos de capacitações e pesquisas baseadas em autores que ajudem a superar os desafios presentes todos os dias.

Palavras-Chave: Língua portuguesa e surdez

ABSTRACT

This study objectives to analyze the aspects of the formation of Portuguese Language teachers in relation to the teaching of the person with disabilities. As well as presenting some difficulties in their teaching practice. The methodology used was a qualitative research realized through a questionnaire. It was analyzed the questionnaire data of two Portuguese Language teachers who work with students with disabilities daily. Thus, it was analyzed through the teachers' answers the biggest difficulties and the inclusion question that is still a great challenge for the teacher, as also the teaching practices mentioned in the classroom, because, as noted, pedagogical resources are used, but the work of information technology associated to the didactic exercise, is often forgotten. The question of the care that the educator should have in observation of school evasion is also mentioned in this study, considering that the student has several reasons for not attending school and needs the school support to do the intermediation. For enrichment and proof of theories, writers were cited, such as FERREIRA, (2007) (CANARIO, (1998) and OLIVEIRA, (2000). The present study was of great importance for the reflection on how to work with these students, breaking the possible paradigms that appear along the way through continuing education, capacitation courses and research based on authors that divert us from the challenges present every day.

Key-Words: Portuguese language and deafness

1 INTRODUÇÃO

A educação vem se modificando ao longo do tempo, a cada dia se aperfeiçoando para inclusão dos alunos com deficiência no espaço escolar, pois sabemos que é um grande desafio para os professores e educadores.

É através dos docentes que os alunos almejam o aprendizado e para que isto aconteça faz-se necessário o planejamento pedagógico, a dedicação e a formação continuada para que se adquiram novos conhecimentos e assim consigam atender as diferentes necessidades em que se encontram os discentes.

Sabemos que existem diversos tipos de deficiência, entre elas: (físicas, intelectuais, etc.) E cada indivíduo reage de maneira diferenciada no ensino aprendizagem. Diante dessa situação o professor deve estar atento para lidar com as diversas maneiras de ser e agir do estudante.

Como justificativa esse tema foi escolhido por observar a rotina de determinados professores que trabalham com pessoas que possuem deficiência e na maioria das vezes não sabem como proceder no ensino, surgindo assim, uma curiosidade de entender, o porquê desta dificuldade que consequentemente está ligada a formação dos docentes. Através desse estudo é de suma importância discutir e ampliar este assunto, sendo possível encontrar soluções para uma questão que é pouco mencionada e precisa ser instigada pela academia, em que acontece a formação inicial de professores por cursos de formação continuada e no espaço escolar com gestores, coordenadores e professores.

O problema desta pesquisa é saber: Quais as maiores dificuldades encontradas pelo professor de língua portuguesa em ensinar alunos com deficiência?

Sabemos que a maioria dos pais que possuem filhos com deficiência são carentes de conhecimentos e instruções e não sabem como proceder para garantir o direito desses jovens. Através dessa situação, o professor tem a função de ser o mediador e influenciar os pais na busca ativa dos alunos e para trazê-los a escola e garantir no decorrer do ano letivo o processo de ensino-aprendizagem. Além do docente esse processo deve acontecer em equipe, com coordenadores pedagógicos, cuidadores, gestores escolares, entre outros.

Além desses desafios citados anteriormente, podemos citar como um desafio a precariedade de algumas escolas no que se refere à falta de estruturas para receber tais alunos, neste caso estamos nos referindo a acessibilidade determinada em lei que não é cumprida, como também, materiais didáticos pouco adequados para o ensino em que o docente precisa

se adequar a essas dificuldades para que as lições repassadas para o aprendiz avancem de forma pertinente.

[...] cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural [...] (PRADO & FREIRE, 2001, P.5).

O trabalho em equipe ajudará muito nesta tarefa para que os professores não se sintam desmotivados para realizar tal serviço. Podemos citar a gestão, que é considerada uma peça de suma importância, pois são eles que buscam os recursos para as escolas através da Secretaria de Educação e programas que disponibilizam verbas para a escola, para que dessa forma o serviço flua adequadamente.

A metodologia usada neste trabalho foi através de uma pesquisa de campo, onde foi aplicado um questionário para estudo de caso com professores de língua portuguesa de determinada escola, com o propósito de obter informações relacionadas à formação do professor para lidar com o aluno com deficiência, o resultado foi analisado diante das respostas que os docentes ofereceram.

O objetivo geral desse artigo é analisar os aspectos da formação dos professores de Língua Portuguesa em relação ao ensino da pessoa com deficiência. E como objetivos específicos: observar as maiores dificuldades que o educador tem em lecionar para os alunos com deficiência; analisar os recursos pedagógicos e tecnológicos utilizados pelo professor em sala de aula; distinguir como se dar as práticas das atividades trabalhadas na classe; analisar o grau de formação que o docente possui para lecionar aos alunos com deficiência.

Neste artigo irá ser abordado: o processo de formação do professor da disciplina de língua portuguesa; como também vai tratar sobre a inclusão escolar e o contexto histórico da pessoa com deficiência. Após essas explanações, será descrito os resultados da pesquisa de campo qualitativa, realizada na escola, mostrando as conclusões referentes a todo o estudo, no que concerne em pontos positivos e negativos do que se pretende alcançar.

METODOLOGIA

Analisando a forma de produção deste artigo, através da metodologia, é importante ressaltar que a pesquisa é um método de investigação que se importa em descobrir as relações existentes entre as questões que envolvem fenômenos, situações, coisas e fatos. É de suma importância para o progresso humano, pois busca informações a partir de estudos de resultados já obtidos, cruzando novos conhecimentos.

O seu objetivo é esclarecer problemas e solucionar dúvidas, através da utilização dos resultados científicos (BARROS; LEHFELD, 2000a). É através de perguntas formuladas em relação a critérios ou fatos que persistem explicações plausíveis que explanam respostas que venham elucidá-las. Pesquisar é almejar novos conhecimentos, nos quais não sabemos, é uma busca de indagação e investigação.

A sua importância é cooperar com os indivíduos para a formação de uma consciência crítica, tornando o ser um excelente pesquisador.

[...] atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. (MINAYO, 2011, p. 17).

A pesquisa utilizada tem uma abordagem qualitativa, onde o pesquisador colabora, interpreta e compreende informações. Recebe esse nome pelo fato de se fundamentar, uma estratégia baseada em dados coletados em interações sociais ou interpessoais, analisadas a partir dos significados que participantes e/ou pesquisador atribuem ao fato. (CHIZZOTI, 2006).

Neste tipo de abordagem da pesquisa qualitativa são utilizados procedimentos como: Estudo de casos, observações, questionários, interpretações, explanação na forma de expressão visual, através de fotografias e pinturas. No caso deste trabalho, aplicamos um questionário junto a professora de língua portuguesa que atuam junto a alunos com deficiência. A partir daí realizamos a coleta dos dados para que pudéssemos seguir com a análise dos mesmos.

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

As informações coletadas tiveram como objetivo mostrar diagnósticos pertinentes livres. Os participantes da entrevista foram professores de língua portuguesa que atuam na área e que ensinam a discentes com deficiência, tendo contato todos os dias com a rotina e os mesmos.

De acordo com LAKATOS E MARCONI, (2007), P. 225[...] A amostra “é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.”

A amostra dessa pesquisa foi delimitada a dois professores de língua portuguesa que trabalham com alunos deficientes, os educadores foram escolhidos em virtude de serem elementos essenciais para o resultado do presente estudo, compartilhando suas experiências, conhecimentos e dificuldades.

Existem dois tipos de amostragem, sendo eles probabilísticos e não probabilísticos o que é utilizado nesta observação é o que se refere ao segundo termo, tendo como definição a acessibilidade ou a conveniência, onde o investigador seleciona os elementos a quem tem acesso, admitindo que estes podem representar determinada pesquisa, (GIL, 2008, p. 32).

Essa amostra não probabilística se dar em grupos específicos, no caso desta pesquisa foi delimitado apenas a alguns professores de língua portuguesa, vale ressaltar que vai ser uma amostragem não intencional por conveniência, onde a entrevista abordada é de acesso imediato.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3 A formação do professor

É comum encontrarmos nas escolas, alunos com deficiência, tais como: problemas Intelectuais, físicos, visuais, etc. Sabemos que todos encontram em sua trajetória escolar grandes dificuldades comparados aos demais e com isso é importante pensarmos na formação do professor de língua portuguesa, os avanços e desafios que eles encontram neste meio social, pois sabemos que não dar para instruir discentes com práticas e metodologias antigas, é preciso inovar, procurar e se atualizar com práticas de ensino que abordem esta temática.

A capacitação se dá por meio de congressos, especializações, cursos de formação continuada, leituras, enfim... Essas práticas de formação devem estar sempre presentes na vida do professor, pois esta é uma profissão de constantes buscas de conhecimentos, para o docente que precisa sempre estar atualizado. São muitos os conhecimentos nos quais temos que ter acesso, estudar e obter conhecimentos se disponibilizando a repassar para os discentes de maneira eficaz, onde eles realmente possam aprender.

Guimarães defende que:

Os problemas da formação de professores só podem encontrar soluções satisfatórias se compreendermos que formação e profissionalização docentes são aspectos indissociáveis e que estão profundamente imbricados na escolha da profissão, na forma de ingresso no campo de atuação, no acolhimento no local de trabalho, nas formas de organização e produção do trabalho escolar, no grau de satisfação profissional com a carreira e com a profissão e nas perspectivas de crescimento e desenvolvimento profissional ao longo da vida, (GUIMARÃES, 2006, p.111).

No ambiente escolar sempre acontece planejamentos pedagógicos, nos quais é de suma importância a interação entre professores, no nosso caso um estudo de língua portuguesa precisa mostrar seus pontos de vistas sobre determinado assunto e, assim, gerar o conhecimento e adquirir de forma proveitosa uma forma de capacitação. O gestor escolar não pode ser a autoridade que dita as regras e ainda espera que elas sejam seguidas, mas este profissional deve dar espaços para conversas, opiniões e sugestões, como também é imprescindível que o gestor tenha um olhar para com o aluno e o professor que atua nessa área.

Um problema que deve ser discutido é sobre o ensino que é oferecido na UEPB, por exemplo no que diz respeito a educação inclusiva, mas particularmente na licenciatura no curso de letras, que forma diversos professores, podemos observar um descaso que ocorre sem enfatizar este assunto de forma obrigatória, para que os estudantes e futuros lecionadores tenham noção de como ensinar quando estiverem aptos a irem à escola, mas ao contrário do que deveria ser realizado, a disciplina é eletiva, cursando apenas os discentes que possuem interesse.

Na maioria das vezes quando o assunto educação inclusiva é mencionado em aulas de ensino superior do curso de língua portuguesa, os educadores fogem do assunto ou não entram em detalhes, alegando que não faz parte de sua formação, de certa forma, não podemos culpar apenas o professor que está na escola, mas também obter um olhar crítico analisando a formação inicial que muitos tiveram, como também, a defasagem que encontra-se o sistema, a rede de informações e conhecimentos precisos. CONFORME MARTINS:

Evidencia-se, porém, que apesar da existência da Portaria nº 1.793/94 e das Resoluções do CNE, muitas instituições de ensino superior não se estruturaram no sentido de oferecer disciplinas e /ou conteúdos relativos ao tema nos seus cursos de licenciatura, enquanto que outras o fazem de maneira precária, através da oferta de disciplina eletiva, ou com carga horária reduzida, ministrada de maneira aligeirada, o que não favorece a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de destrezas, habilidades e atitudes relativas ao processo de atendimento à diversidade dos educandos, (MARTINS, 2009, p. 30).

Um fator primordial que deve ser levado em conta é a questão de o ensino superior ser ultrapassado, ou seja, formar professores para lecionar em sala de aula com práticas antigas, desnecessárias e que não cabe mais no contexto escolar. Esses pontos devem ser vistos de forma positiva, pois é na academia que estas práticas devem ser mais refletidas, aliás, é deste ambiente que saem professores aptos a irem à escola e que na instituição refletem o que viram na universidade.

Estudos revelam os desafios postos à formação de professores no processo de inclusão escolar, ressaltando o quanto os professores se sentem despreparados em sua prática docente no enfrentamento das diferenças cognitivas, sensoriais e físicas que interferem na aprendizagem dos alunos com deficiência. (GIROTO; CASTRO, 2011; MICHELS, 2011; MONTEIRO; MANZINI, 2008; QUATRIN; PIVETTA, 2008; VITALIANO, 2007; LEÃO et al., 2006, p. 94)

No entanto, é de suma importância cursos de capacitações frequentes, em que o lecionador de língua portuguesa não observe apenas a inserção física da pessoa com deficiência, acreditando que a escola já está fazendo a sua parte no que concerne à inclusão escolar, mas é necessário que seja realizado atendimento educacional, olhando as limitações dos alunos, observando seus avanços e dando para eles incentivo, motivações e subsídio para um ensino aprendizagem eficiente, que seja um momento onde o professor aprimore seus conhecimentos relacionado à teoria e à prática.

É preciso que o professor de língua portuguesa tenha um olhar crítico em sala de aula, que este, não seja apenas um espaço de conversas e socializações, mas que aconteça uma interação significativa entre docente, discente e escola, onde é preciso ouvir o aluno, atender suas necessidades, tendo a equipe escolar que mostra as suas responsabilidades e competências diante da inclusão.

Essas capacitações também devem ser pensadas de forma ampla, onde englobem todos os alunos e não apenas a pessoa com deficiência, pois a escola precisa trabalhar a diversidade e não pode ficar apenas como um trabalho interno, mas deve mostrar suas atividades à comunidade que precisa se conscientizar sobre a inclusão, principalmente os pais que precisam se sentir acolhidos, vale salientar que muitos se sentem excluídos, com vergonha e não aceitam a deficiência de seus filhos e isso também é importante a ser trabalhado no ambiente escolar.

O professor precisa trabalhar a inclusão de alunos com deficiência, fazendo acontecer em sala de aula: diálogos, discussões de assuntos, leituras compartilhadas com toda turma, jogos didáticos, brincadeiras, etc. É necessário que os colegas de classe entendam os referidos alunos não como um problema e sim uma diferença e assim, aceitem, ajudem, sem discriminar seus companheiros. Isto ajudará no desenvolvimento de suas capacidades psíquicas, biológicas, sociais e laborais, mas, vale salientar que a iniciativa deve começar do professor junto com toda equipe escolar.

Os jogos e brincadeiras ao serem utilizados na prática pedagógica, transformam conteúdos maçantes em atividades interessantes e prazerosas, pois com os mesmos há motivação, disciplina e interesse pelo que está sendo ensinado. Porém, o professor deve estar consciente de que os jogos ou brincadeiras pedagógicas devem

ser desenvolvidos como provocação a uma aprendizagem significativa e estímulo à construção de um novo conhecimento com o desenvolvimento de novas habilidades, (MAFRA, 2008, p.12).

O atendimento e a receptividade de todo o grupo escolar com os alunos deficientes no ambiente escolar é muito importante para que eles se sintam motivados em frequentar a escola. Conforme afirma PACHECO (2007) para que a inclusão aconteça de forma total nas instituições escolares é preciso também do apoio familiar e, além disso, se faz necessário uma aprendizagem escolar com condições adequadas para aprendizagem. Contudo, podemos afirmar que o processo de inclusão não depende de uma só pessoa para acontecer, mas se dar de forma coletiva, com a contribuição de todos, inclusive da comunidade e sociedade em geral.

4 Um olhar sobre a inclusão Escolar

Analisando como acontece o processo de inclusão escolar, é de suma importância conceituá-la, para que possamos compreendê-la e refletir como é importante se unir a favor dessa reinserção. Ela acontece quando o sujeito possui um vínculo ligado aos grupos de convivência social, sendo um ser participativo, comunicativo e que interage entre as pessoas, onde alunos com deficiência se reconhecem e se desenvolvem exercendo sua cidadania.

A inclusão social está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, todos os cidadãos têm os mesmos direitos na sociedade. A cidadania social preocupa-se com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos, (SHEPPARD, 2006, p. 22).

A inclusão social surgiu no Brasil na década 1980 e foi ampliada na década de 1990, quando ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial e em (1994), a partir desse encontro internacional foi escrita a Declaração de Salamanca que influenciou nas políticas públicas da educação.

O número de alunos com deficiência tem aumentado muito nos últimos anos, tendo em vista que apesar das dificuldades encontradas atualmente, comparado ao tratamento desses indivíduos em períodos anteriores, injustiça social, que eram cheios de desigualdades, onde eles não eram aceitos, muito se tem avançado e melhorado, e através de muitas lutas, como movimentos realizados por educadores, grupos de defesas dos Direitos Humanos e pais, esses sujeitos ocupam seus lugares na sociedade.

Pode-se afirmar que nas sociedades antigas as pessoas com deficiências eram tratadas de forma grosseira e a rejeição que se dava pelos parentes, pela a sociedade, pelo os pais e pela própria escola, onde as mesmas eram excluídas por este público de uma maneira bastante preconceituosa.

Os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões, dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais, [...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas, (BRASIL, 2001, p.25).

Podemos afirmar que foram muitas as lutas, para que os deficientes conseguissem o seu espaço, podemos ressaltar o resultado de uma ação mundial que consolidou a educação Inclusiva, a Declaração de Salamanca (1994) que estabelece as práticas de Educação especial e as políticas públicas na educação, veio com objetivo de combater o preconceito, discriminação, determinando que todas as escolas aceitem alunos com todos os tipos de deficiência, entre elas: Mental, visual, intelectual, etc.

A educação inclusiva vai de encontro a função da escola em excluir os discentes com deficiências, atualmente essa restrição ainda existe, não como antes, pois hoje diante da lei brasileira de pessoas com deficiência, todos devem ter acesso à escola.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação [...] (BRASIL, 2015).

Os pais têm certo nível de conhecimento e entendem que os seus filhos possuem garantias, mas a deficiência muitas vezes está na instituição escolar, no ensino e acima de tudo em alguns professores que são peças primordiais na vida dos seus alunos, mas algumas vezes não se ajustam a situação, o jeito e a maneira de aprender do aluno, fazendo com que a instituição escolar se torne um processo cheio de falhas.

O Conselho Federal de Educação ressalta a obrigatoriedade de formar e capacitar professores para a educação inclusiva através do projeto de resolução que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, sendo assim: as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I- professores das classes comuns e da Educação Especial, capacitados e especializados, respectivamente, para atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

VI - condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa. (BRASIL, 2001, p.2).

Através da citação exposta acima, podemos perceber que educadores são exigidos a obter capacitação para trabalhar com alunos com deficiência de acordo com as Diretrizes Nacionais, mas que existe uma defasagem no ensino de muitos docentes quando se fala em “qualificação”, onde não precisamos estar próximos de algumas instituições educacionais, principalmente públicas para saber, pois as pesquisas bibliográficas relatam que existem professores ensinando disciplinas a alunos que não são de sua formação acadêmica e estes, na maioria das vezes possuem alunos em sua sala de aula que precisam de uma atenção especial e de uma prática e metodologia diferenciada e não sabem como proceder, pois não têm qualificação, o que prejudica não só ao discente deficiente, mas a todos que compõe a turma, essa questão situa-se bem quando se tem docentes substitutos, substituindo educadores de licença médica, já que entram em contratos temporários.

Segundo Aranha (2007, p.35) os professores substitutos ou eventuais têm aumentando de maneira extraordinária nas escolas, ministrando qualquer disciplina em classes de 5º a 8º série, sem possuir formação necessária para substituir professores ausentes.

O processo de formação deve ser realizado de forma continuada por meio de cursos para que os educadores tenham conhecimentos aprofundados e direcionados para as práticas pedagógicas de sala de aula que contem com estudantes com deficiência, esses cursos são oferecidos pelos Municípios, pelos Estados e União, o que na realidade nem todo formador se dispõe a praticar e aprender novos conteúdos para melhorar sua atuação profissional.

Em relação à inclusão, podemos destacar os avanços da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9394/96 com objetivo de mudar as etapas da educação, definindo-os como ensino: infantil, fundamental, médio e superior e os destaques dos professores relacionados a cada nível esse interesse de mudança é para que os educadores tenham mais compromissos com suas práticas de instruções, de se envolver com o seu trabalho e reverem suas ações.

[...] Ele indica uma mudança urgente na formação inicial dos professores a nível curricular e institucional. Na área curricular os problemas seriam: a falta de apoio ao conhecimento do professor quanto ao desenvolvimento e planejamento de ações pedagógicas. A falta de envolvimento e má adequação dos vários conteúdos das diferentes áreas da prática pedagógica. Pouco avanço no desenvolvimento cultural. O habitual comportamento restritivo do professor em apenas preparar aulas e não fazer outras atividades como participar do projeto político pedagógico da escola, alunos e comunidade. Desenvolver uma postura que relacione mais a teoria com a prática. Relacionar mais conteúdos com a tecnologia da informação. A falta de atenção com as especificidades de cada nível de ensino. E a desconsideração da

experiência prévia do professor no desenvolvimento de ações pedagógicas (BRASIL, 2000, p.24-34).

Apesar das responsabilidades que o docente precisa ter em sua profissão e em sua conduta na sala de aula, se faz necessário que o mesmo não planeje suas ações e práticas de ensino de forma individual. É importante que exista um trabalho coletivo por parte dos gestores, coordenadores e educadores, para que seja realizado um debate em conjunto e se chegue a um acordo e que nenhum profissional se sinta sozinho em seu trabalho, aliás, só existe educação quando todos trabalham de forma unida e em equipe.

5 O PROFESSOR E A PRÁTICA DE ENSINO INCLUSIVA.

Observando a prática do professor, um fator que vale ressaltar é o pouco conhecimento que muitos educadores têm em relação ao uso das tecnologias para trabalhar com os alunos, pois sabemos que eles mesmos sem curso de computação acompanham toda técnica devido à influência da sociedade atual, esse pouco estudo em relação à tecnologia da informação afeta o ensino, pois os usos dessas inovações que são as tecnologias assistivas favorecem o aprendizado do discente com deficiência.

Por isso é importante que o professor aborde em suas aulas essas novas informações, muitas vezes utilizando como ferramenta de ensino o próprio celular, tendo em vista que é um objeto que nos dias atuais todos possuem e levam a sala de aula e muitas vezes é usado pelos alunos para atrapalhar as orientações do docente, quando na verdade deve ser um instrumento para que o lecionador chame a atenção de todos para aprender.

Nós educadores, temos que nos preparar e preparar nossos alunos para enfrentar as exigências desta nova tecnologia, e de todas que estão a sua volta – A TV, o vídeo, a telefonia celular. A informática aplicada à educação tem dimensões mais profundas que não aparecem à primeira vista. (ALMEIDA, 2000, p.78).

O uso de um vídeo que faz parte do contexto do tema da aula é de suma importância para que o professor leve a sala de aula, pois sabemos que atrai os alunos, e o mais importante é buscar algo tecnológico que é do cotidiano desses aprendizes, do ambiente em que moram. Vale salientar que o educador deve ter por meio de observações conhecimentos do que seu público alvo gosta em sala, as conversas, às gírias, tudo isso são mecanismos que os professores devem trabalhar para chamar atenção dos discentes e levá-los ao aprendizado. Quanto ao trabalho com alunos com deficiência estes aspectos devem ser considerados pelos professores, pois podem contribuir muito com a educação destes estudantes.

Uma pesquisa sobre as práticas das instituições escolares do estado do Rio de Janeiro mostrou que os professores não estavam prontos para receber alunos com deficiência, principalmente devido a sua falta de capacitação. Vejamos.

Entre as dificuldades apontadas pelos educadores para o desenvolvimento de um trabalho de educação inclusiva, a mais citada, por 54% dos respondentes, foi o seu despreparo / falta de capacitação profissional para receber alunos com necessidades especiais em classes regulares. Segue-se a isso, com 34% das respostas, dificuldades da ordem de acessibilidade, como falta de mobiliário e material didático adaptado. A carência de orientação pedagógica especializada, adaptações curriculares, e o número excessivo de alunos na classe foram, também, bastante citadas com, respectivamente, 24%, 21% e 19% das respostas. (GLAT, FERREIRA, 2003, p.39)

É o que ainda acontece nos dias atuais, muitos têm um choque ao saber que em sua turma possui uma pessoa que precisa de um pouco mais de cuidado e atenção, acreditam que seja um grande desafio essa tarefa de ensinar a esses alunos e o maior medo é o despreparo, diante das dificuldades que irão encontrar, a cobrança dos pais que entendem de educação e esperam resultados significativos dos seus filhos, enfim, uma série de fantasias e receios que criam em suas cabeças e que atrapalham o processo de ensino aprendizagem.

Vale salientar que alguns professores encaram a situação normalmente, entendendo a dificuldade que muitos têm, mas que faz de tudo para que o ensino flua de forma igualitária, sem excluir em pequenos gestos, sem comparações inadequadas e evitando possíveis complicações na vida do discente, o que realmente é o correto.

A inclusão deve estar em primeiro lugar quando existe qualquer aluno com deficiência em sala de aula, e isto deve ser observado pelo titular da classe. A interação é de fundamental importância entre os colegas da turma, o que possivelmente irá gerar uma habilidade social entre eles, outro ponto importante de inserção é que mesmo através da deficiência que alguns possuem é importante que o educador una os alunos para que todos sejam ajudados e partilhem os seus respectivos conhecimentos, o educador deve realizar atividade em grupos, dinâmicas coletivas que também se adequem as necessidades dos alunos com deficiência, oficinas, etc., Estes são exemplos que podem ser explorados em sala de aula, mas que gera um grande desafio no que se refere a busca de conhecimentos do educador, que muitas vezes é limitada sem saberes inclusivos.

Segundo Nunes Sobrinho e Naujorks (2001) o principal desafio para a formação desses professores é buscar novas habilidades de instrução que gerem novas atitudes para entender o ensino e suas heterogeneidades. Hoje existe a necessidade de aprimorar políticas públicas educacionais para atividades mais inclusivas e um perfil profissional de capacidades e competências necessárias aos docentes de acordo com a realidade brasileira.

Os professores possuem o poder de minimizar o preconceito, ensinando aos alunos a acolherem os outros independentes de suas diferenças, é no espaço escolar que eles aprendem com a diversidade, sendo o educador capaz de formar os estudantes para a criação de suas próprias opiniões.

[...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...] Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças. (ZOÍÁ, 2006, p. 23)

É preciso trabalhar a diversidade, lecionar para os indivíduos mostrando as origens dos povos que constituíram a identidade brasileira, sem falar, dos cuidados que o próprio docente ao trabalhar essa questão deve ter, principalmente no ato da pronuncia de determinados sujeitos que as vezes sofrem bullying, preconceito racial, discriminação devido a sua deficiência, etc.

6 Aspectos históricos do atendimento as pessoas com deficiência

Refletindo sobre a história das pessoas com deficiência, é de suma importância descrever o percurso histórico, demonstrando como esses indivíduos viviam, como era enfatizada a educação e a formação dos professores e alunos.

Na idade média as crianças ao nascerem deficientes eram logo excluídas da sociedade, pois as pessoas tinham um entendimento que era uma má formação, que estavam com um espírito maligno, que eram impuros ou que os pais ao terem seus filhos imperfeitos eram julgados como uma forma de pagamento de algum pecado cometidos, sendo assim, esses indivíduos eram sujeitos a mendigarem pelas ruas, pois os seus genitores, muitas vezes os abandonavam.

Na cultura indígena, onde as pessoas nascidas com deficiência era um sinal de mau agouro, um prenúncio de castigos dos deuses, a eliminação sumária das crianças era habitual, assim como o abandono dos que adquiriam a deficiência no decorrer da vida. (NEGREIROS, 2014 p.16)

Essa realidade não era diferente na Grécia, pois na cultura grega, as crianças deveriam nascer em perfeitas condições, sendo treinadas desde o início para atividades físicas e para o trabalho. Buscando informações, acerca desta pesquisa, pode-se destacar o tratamento que esses indivíduos também estiveram em Roma, sendo deixados próximos a animais selvagens

para serem extremamente devorados, outros, quando eram religiosos, deixavam seus meninos próximos a rios, lugares considerados sagrados na época e os abandonavam.

Em Roma, também não se reconhecia valores em crianças “defeituosas”, mas havia um outro recurso além da execução que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidas por famílias da plebe, (NEGREIROS, 2014 p.15).

Também existiam casas de acolhimento, onde muitos eram internos sem saber o porquê se encontravam ali, eram desrespeitados na sociedade e excluídos de forma bruta, recebendo punições e grandes castigos.

[...] De modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimentos sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por serem ‘diferentes’, fossem marginalizadas, ignoradas, (MAZZOTA, 2005, p.16).

Surgiram Movimentos Sociais de cunho político da pessoa com deficiência ao longo da história para que fossem refletidas as práticas adotadas às pessoas que eram chamadas de ‘deficientes’ em busca de uma nova identidade, dando início na Europa em medidas educacionais.

O atendimento a esses indivíduos deficientes teve início no Brasil de forma específica em 1854, com o imperial instituto dos Meninos Cegos e no Instituto dos surdos mudos em 1857, no presente momento o Instituto Nacional dos surdos, a partir dessas casas de apoio, podemos ressaltar umas das conquistas que os mesmos tiveram, onde puderam ter atendimentos precisos.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro, (BRASIL, 2008, p.2).

Em 1906 começa os atendimentos aos alunos que possuíam deficiência mental nas escolas de São Paulo e Rio de Janeiro, essa assistência tinha como objetivo procurar reabilitar e curar os discentes, mas não existia uma prática metodológica que levasse essas pessoas ao conhecimento, ao caminho do aprendizado, mesmo assim eram assegurados como meta da instituição que esta conduta não atrapalharia o andamento do ensino.

O ano de 1957 a 1960 foi marcado pelo período que começou a ocorrer campanhas voltadas para o atendimento educacional de pessoas com deficiência no Brasil, essa assistência estava voltada inicialmente para a educação do surdo brasileiro, logo após a Campanha Nacional de educação e reabilitação dos deficientes da visão. Vejamos.

A partir de 1957, começaram a ocorrer Campanhas Nacionais, sendo a primeira Campanha para Educação do surdo brasileiro; em 1958, aconteceu a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da visão e, em 1960, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de deficientes mentais, (MAZZOTAa 1996 apud. DOMINGUES, DOMINGUES, 2009).

A Declaração de Salamanca, (1994, Espanha), foi um importante instrumento internacional que teve impacto nas políticas públicas voltadas para a educação de pessoas com deficiência, o referido documento protege as políticas, práticas e princípios na área das necessidades especiais e tem o objetivo de proporcionar Diretrizes básicas para formulação e Reforma de Políticas Educacionais e é guiado pelas seguintes regras:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

É considerado um documento mundial na área de inclusão que visa o direito da criança e a educação para todos. É transformador por propiciar oportunidades únicas na qual as pessoas consideradas deficientes nunca estiveram representando um marco na história desses indivíduos.

Vale salientar que esta declaração não só aborda as crianças com deficiência, mas também aquelas que sofrem sem evolução escolar, com o processo de repetência, as que são obrigadas a exercerem atividades sem ou com pouca remuneração, as desnutridas, as que vivem em vulnerabilidade social, vítimas de guerras, etc.

Em 1996 tornou-se pública a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no qual ordena que o sistema de ensino deva garantir aos alunos de educação especial, recurso específico para suprir as suas necessidades e o atendimento educacional precisa ser disponibilizado em sala, serviços especializados, quando necessários, etc.

No ano de 1999, é sancionado o Decreto nº3.298 que regulamenta a lei nº 7.853/89 que rege a doutrina sobre Política Nacional Para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação inclusiva como uma modalidade transversal destinada a todas as etapas do ensino.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, MEC/SEESP, 2001, p. 01).

Em 2006 foi decretada pela Organização das Nações Unidas a convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência com o objetivo que exista um sistema educacional inclusivo para todos os níveis de ensino, para que assim, venha ser quebrado o preconceito e as formas de exclusão à pessoa com deficiência, zelando acima de tudo pela qualidade e gratuidade dessa educação.

Em 2006, foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário. Esta convenção estabelece que os Estados que dela fazem parte devem estruturar um sistema de educação inclusivo que perpassa todos os níveis de ensino, adotando medidas para garantir que o público alvo dessa iniciativa não seja excluído de um ensino fundamental que deve se caracterizar pela qualidade e pela gratuidade, se pautando por princípios inclusivos (art. 24) (BRASIL, 2009a).

No ano de 2008 surge a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva que vem para assegurar o desenvolvimento de alunos com deficiência em classes comuns e esta garantia deve estar vinculada a prática pedagógica escolar. A referida política visa:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.14).

No ano de 2009, surge a Resolução nº 04, de 02 de outubro, que institui as Diretrizes Operacionais para atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, o foco desse Decreto é instruir o estabelecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica.

Art. 4º Para fins destas Diretrizes considera-se público-alvo do AEE: I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p.01).

Diante dessa retrospectiva e resgate histórico, podemos perceber os avanços que a pessoa com deficiência tem almejado e alcançado até os dias atuais, um avanço no que concerne um ensino mais igualitário e valorizado, previsto em leis. Através dessas conquistas, é de suma importância que o trabalho, as lutas e os movimentos sociais continuem a favor desta classe e que a cada dia, esses indivíduos possam ter mais espaços na sociedade.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram analisados os questionários respondidos por dois professores de língua portuguesa que se habilitaram a contribuir para este estudo, vale ressaltar que os docentes que se comprometeram possuem práticas de ensino e experiência voltados aos alunos com deficiência.

Sendo assim, as perguntas e respostas mencionadas no questionário, foram apresentadas gradativamente a seguir:

Quais as dificuldades e obstáculos que você encontra ao lidar com o aluno com deficiência?

Resposta, P1: *Com a inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aulas regulares encontramos algumas dificuldades relacionadas à atenção que precisa ser voltada para esses alunos, pois eles necessitam de um maior acompanhamento. E nós na condição de professores ficamos entre os dois rumos: Dá a devida atenção aos alunos típicos e também atenção para os alunos com deficiência.*

Resposta, P2: *Uma das dificuldades é o número de vagas para treinamento, insuficiente para atender a demanda dos professores. A falta de intérpretes e a frequência dos alunos em sala de aula.*

Sabemos que o aluno com deficiência possui suas limitações, mas a dificuldade encontrada e descrita por P1 está relacionada à atenção que o educador deve ter em sala, neste caso observamos a importância de uma formação, pois o docente precisa estar apto a lidar com as diferenças no espaço escolar, e na maioria das vezes, a inquietação por parte de alguns alunos faz com que o titular da sala acredite que é uma missão impossível para que aconteça uma dedicação de forma geral.

Sendo assim, faz-se necessário que o professor reveja suas metodologias e busque pesquisar novas práticas que condiz com a realidade e os obstáculos vivenciados em sua prática, para que seja melhorado o ensino, como também uma inclusão de qualidade. É válido ressaltar que não fique apenas centrado em uma sala de aula, mas em toda recepção escolar,

lembrando que este cuidado não só deve ser tomado com os alunos com deficiência, mas com os membros da família, que também se sentem ansiosos, aflitos de deixarem seus filhos na escola.

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular. (MANTOAN, 2003, p. 97):

Contudo, o professor deve procurar meios que não excluam nenhum indivíduo e que eles não se sintam inferiores aos demais alunos, por mais barreiras que existam no processo do ensino, a atenção deverá sempre estar adequada com uma única linguagem que todos entendam.

Segundo Frias e Menezes (2008), existem grandes desafios apresentados no cotidiano do professor, mas uma parte significativa de educadores continuam “não preparados” para desenvolver habilidades de ensino diversificado e como os alunos deficientes estão a cada dia presentes na escola, cabe a cada professor contribuir para que aconteça avanços e transformações na inclusão escolar.

O treinamento que P2 ressalta com dificuldade, é referente as capacitações, ela argumenta que existem poucas vagas, levando-nos a entender que a mesma não participa por questões de oportunidades. O que podemos analisar, é que uma formação continuada com o tema educação inclusiva, não se dar apenas na escola, mas também é proposta em diferentes áreas que geram aperfeiçoamento, como um congresso, uma palestra, um curso online, ou seja, existem cursos que não se limitam a vagas e que só é preciso o educador buscar e estudar.

Para, Santos, uma formação continuada é denominada da seguinte forma:

Todas as formas deliberadas e organizadas de aperfeiçoamento profissional do docente, seja através de palestras, seminários, cursos, oficinas ou outras propostas (...) voltadas para a qualificação do docente, tendo em vista as possibilidades de melhoria de sua prática pelo domínio de conhecimentos e de métodos de seu campo de trabalho. (SANTOS, 1998, p.124)

A educação inclusiva tem almejado seus espaços e a cada dia se insere na sociedade, mas a busca de intérpretes para auxiliar e mediar determinados alunos têm se tornado uma problemática, pois muitos não possuem a formação adequada e outros não se interessam pela área, o que ocasiona uma carência enorme tanto ao município, como no estado e outros órgãos que necessitam desses profissionais.

A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa, (art. 17º) (BRASIL, 2000).

Conforme vimos, o intérprete de Libras precisa de uma formação adequada, pois ele é um profissional que desempenha um papel crucial na educação inclusiva do aluno surdo. Podemos refletir sobre a ausência de alguns alunos deficientes em sala de aula, conforme a docente de língua portuguesa mencionou como um fator negativo ao ensino. Sabemos que muitas problemáticas podem levar esses discentes a uma evasão escolar, o convívio social, o apoio da família, a motivação da escola, a falta de profissional capacitado para assessorá-lo, enfim, são vários motivos que podem levar o aprendiz a faltar às aulas e é esta realidade que vivenciamos e que podemos enquanto professores conhecer e trabalhar juntamente com toda equipe escolar para resgatar esses estudantes e conscientizar a família e a comunidade do papel que a escola possui e o desenvolvimento que esses estudantes terão com o estudo dentro de suas possibilidades.

De acordo com Oliveira (2000), a escola deve estar atenta à evasão escolar, principalmente de alunos que possuem deficiência, pois muitas vezes esta é causada por classes sociais desfavorecidas e através disso a instituição deve procurar descobrir e procurar solucionar as causas do fracasso escolar.

Aponte as necessidades mais frequente dos alunos com deficiência no que se refere ao aprendizado.

Resposta p1: *Na questão da aprendizagem, alguns alunos com deficiência apresentam uma dificuldade maior, pois muitos deles esquecem o que aprenderam, deixando claro que depende da deficiência. Mas, temos outros alunos que se saem muito bem, evoluem a cada dia.*

Resposta p2: *Comunicação dos alunos surdos, socialização e déficit cognitivos.*

Um ponto em comum que pode ser destacado nas respostas é a questão do déficit cognitivo, alunos que apresentam dificuldades em seu aprendizado. Compreendemos que os discentes deficientes enfrentam constantes barreiras, mas a igualdade e a inclusão devem ser mantidas sempre, tendo em vista, que estas dificuldades também podem ser encontradas nos demais alunos, mas que este obstáculo não está ligado a este aprendiz ser menos favorecido em aspectos de conhecimento, é preciso entender que o seu aprendizado se dar de forma diferenciada.

Segundo Vitgotsky (2003) as leis que doutrinam a evolução do indivíduo com deficiência intelectual, são iguais às que regem o desenvolvimento das demais pessoas. Devemos nos conscientizar que na sala de aula possui alunos que evoluem de forma singular e única.

A comunicação dos surdos é mantida pela língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e é através desta língua que eles se comunicam e socializam de maneira efetiva. Um ponto que merece destaque é que esses alunos possuem a necessidade de conversar, assim como qualquer ser humano. Um ambiente que pode ser encontrado para que aconteçam interações é a escola, já que recebe de muitos alunos surdos e existe a possibilidade de trabalhos coletivos para que ocorram um entrosamento eficaz, mas o que se pode constatar por meio da realidade é que uma parte desses alunos possuem contatos especificados apenas com o intérprete de libras, salientando que nem todos os aprendizes que estão na sala, sabem utilizar a língua de sinais.

Percebemos que ainda são raras as escolas que tem a disciplina de libras inserida na grade e em todos os níveis de ensino. Seria importante essa inserção para que os discentes já entendam e aprendam a partir do ensino básico que existe uma língua de sinais, sendo assim, a diversidade da cultura dos surdos se tornará cada vez mais reconhecida e a falta de comunicação diminuirá.

Pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo. (ALVES; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010, p. 9).

É por este motivo que o docente em sala de aula deve trabalhar cuidadosamente, procurando meios de trabalhos coletivos para que esses alunos não se sintam isolados, sempre procurando construir por meio de pesquisas, e práticas inovadoras eficazes fazendo com que a escola seja influência de inclusão.

É necessário pensar e construir uma prática pedagógica que assuma a abordagem bilíngue e se volte para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com surdez na escola, é fazer com que esta instituição esteja preparada para compreender cada pessoa em suas potencialidades, singularidades e diferenças em seus contextos de vida, (ALVES, FERREIRA, DAMÁSIO, 2010, P.08).

A família também é uma peça primordial que deve estar atenta neste processo de interação antes da escola, transmitindo para eles amor, dedicação, ensinando as suas responsabilidades e o seu equilíbrio emocional.

Existem cursos de capacitação oferecidos pelo município ou estado destinado aos professores no que concerne a assuntos relacionados ao ensino aprendizagem do aluno com deficiência?

Respostas, p1: *Infelizmente, ainda não fiquei sabendo de nenhum curso de capacitação.*

Resposta, p2: *Sim*

É importante destacar que as respostas do P1, pertence à docente do Município e a segunda faz parte de uma professora da rede estadual. O que podemos pensar em relação a um docente que não tem conhecimentos sobre cursos de capacitação principalmente em sua cidade é que a Secretaria de Educação juntamente com a escola não estão planejando e não estão dando certa importância ao tema da educação inclusiva. Devemos entender que a motivação deve vir de dentro da rede educacional, entre toda equipe, inclusive a gestão deve impulsionar os docentes para suas responsabilidades em relação à frequência e participação em capacitações, mas deve começar dando o suporte para que estes eventos aconteçam.

Segundo Canário (1998), a escola é o melhor espaço para que aconteça o treinamento de aprendizagem para o professor, pois é neste ambiente que acontece a construção de uma identidade profissional. A equipe da educação deve estar unida para enriquecer os professores de novas práticas de conhecimento e assim, almejar sucessos.

Em sua prática em sala de aula você utiliza recursos pedagógicos ou tecnológicos para o ensino? Se sim, quais propostas de atividades podem ser mencionadas?

Respostas, p1: *As aulas são ministradas com recursos pedagógicos e tecnológicos, utilizamos colagens, imagens relacionadas ao conteúdo e vídeos.*

Resposta, p2: *Sim, pedagógicos, como: Jogos, fantoches, dominó de histórias, esquema corporal, jogo de memória, quebra-cabeça, material dourado/ Caixa tátil.*

A utilização dos recursos pedagógicos aperfeiçoa a aprendizagem e desenvolve múltiplas habilidades, no entanto, é importante que o professor seja capacitado e utilize equipamentos adequados para favorecer o aluno com deficiência. É de suma importância que as atividades em sala de aula sejam direcionadas para atividades pedagógicas e tecnológicas, tendo em vista, que estamos em tempos bastante atualizados e que a tecnologia das informações vem tomando muito espaço na contemporaneidade.

De acordo com Ferreira (2007), um dos tipos de recursos didáticos que liga o lado pedagógico do tecnológico e podem ser trabalhados em sala de aula, são os trabalhos acadêmicos, livros, giz, quadro, apostilas, software, apresentações em power point, canções, CDs, DVD,s, viagens, brincadeiras, etc.

É importante salientar, que o uso desses mecanismos utilizados como forma de enriquecer o ensino, deverá contemplar todos os requisitos que se adequam ao aluno com deficiência, atendendo a todos os tipos de deficiência.

Como são realizadas as atividades em sala de aula, é individual ou em grupo? Comente como se dar a interação dos alunos com deficiência e os demais alunos.

Resposta, p1: *As atividades são realizadas de duas formas: Individual e em grupo. A interação entre os alunos com deficiência e os demais alunos acontece de maneira bastante produtiva, a ajuda entre eles acontece de maneira mútua.*

Resposta, p2: *Na sala do A.E.E é feito o trabalho individual de acordo com a deficiência de cada aluno. Interagimos através de jogos.*

Conforme afirma, Vygotsk, (2003), o conhecimento e o desenvolvimento do aluno andam relacionados. Através da resposta do p1, podemos observar que existe uma forma de ensino individual e outra em grupo, ambas são importantes para que ocorra o aprendizado e acima de tudo a socialização. É através dessas atividades coletivas e dinamizadas que encorajamos a interação frequente no processo de ensino aprendizagem.

As atividades em grupos enriquecem o ensino e ajudam os discentes com trocas de experiências e ideias. Existe também, o trabalho individual, este, depende das limitações de cada discente em suas habilidades de aprendizado, em que é assumido um caráter único de contribuição à educação regular, neste sentido, a metodologia, os conteúdos devem estar ligados às dificuldades dos discentes, sendo assim, podemos abordar o surgimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), regido pelo decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, tem como objetivo:

I-prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II-garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III-fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV-assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (art. 3º) (BRASIL, 2011).

Esse atendimento é fundamental para o trabalho com alunos com deficiência, pois tem um ensino específico que atinge a realidade de cada aluno, trabalhando assim as competências e habilidades apresentadas. Também é necessário que antes que ocorra esse atendimento, o discente passe por uma avaliação de uma equipe multidisciplinar que inclui vários tipos de profissionais, necessariamente um psicólogo e uma psicopedagoga que ajude o professor neste trabalho.

Apresente ou relate alguma experiência exitosa, que você já presenciou ao decorrer da sua prática com aluno com deficiência.

Resposta, p1: *A cada dia e aula ministrada temos novas experiências com esses alunos. Uma experiência bastante significativa foi quando minha aluna do 8º ano que apresenta uma deficiência física reconheceu na atividade proposta a primeira letra do seu nome.*

Resposta, p2: *Uma experiência exitosa foi no trabalho de dengue nas dependências da escola. Nossos alunos interagiram no trabalho social, físico, escolar. A turma do A.E.E fez uma faxina eliminando depósitos que podia desenvolver criadouros do mosquito. Saímos na comunidade escolar entregando panfletos, foi gratificante, foi sucesso, amamos.*

Sabemos que ensinar não é uma tarefa simples, existem seus desafios, medos, receios, mas com dedicação, motivação, persistência, buscas de conhecimentos, conseguimos enquanto professores somar na vida de cada aluno. Percebemos a partir das respostas descritas que não é fácil, mas o trabalho voltado ao aluno com deficiência é algo enriquecedor e gratificante. Cada educador ao lecionar para discentes com deficiência leva sempre dentro de si alguma prática e experiência que o faz refletir sobre sua prática de ensino. Percebemos o quanto é importante observar o desempenho, o crescimento mesmo que lento que eles tiveram devido ao avanço escolar e a eficiência e esforço do docente.

8 CONCLUSÃO

Considerando os resultados obtidos, ao longo desta pesquisa, foi de grande proveito saber que o estudo realizado cumpriu o propósito no que concerne analisar os aspectos da formação e prática de ensino adotadas pelo professor de língua portuguesa. Instruir é um trabalho que exige grandes desafios, mas o docente é capaz de vencer, desde que esteja preparado a novas descobertas, se aperfeiçoando em sua formação.

Constatamos que a inclusão, a capacitação dos docentes e a aprendizagem são palavras chaves que situam-se como uma problemática que permeia a vida dos professores e essa dificuldade é levada de alguma forma aos alunos, como também a evasão escolar e os recursos pedagógicos que não são voltados a tecnologia.

Essa pesquisa é de suma importância para que seja debatido em salas de universidades nos cursos de graduações, lugar este, que forma professores para o futuro, pois podemos concluir que o docente de língua portuguesa em sua maioria tem dificuldades em lecionar para estes alunos.

Esses problemas podem ser solucionados quando os estudantes de graduação refletirem sobre essas práticas na academia, participarem de cursos de formação continuada, após o término do curso, para assim, discutir experiências vivenciadas e adquirir novos conhecimentos, trabalhando de forma humanizada, entendendo o que de fato é inclusão.

Este estudo foi essencial para que eu pudesse enquanto aluna pensar o porquê que muitos professores sentem dificuldades em lidar com o aluno com deficiência, o que poderia ser realizado para sanar essas complexidades que perturbam muitos professores em ações realizadas no dia a dia com seus discentes. É com muita satisfação que posso concluir este trabalho sabendo que contribuí de alguma forma para despertar o interesse do público alvo sobre a importância deste assunto e conscientizar sobre a carência que existe quando se trata de inclusão e o trabalho voltado para os indivíduos com deficiência.

Obtive conhecimento relacionado a este significativo assunto, fazendo com que eu reflita sobre minha prática como professora de língua portuguesa partindo dos exemplos de pesquisas de grande relevância e do relato de professores. Concluímos que o profissional de língua Portuguesa deve ter uma atenção maior para o ensino fazendo com que o aluno não se sinta excluído. Proporcionando assim que sua prática de ensino seja eficiente atingindo a todos os alunos sem distinção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth d. e **Proinfo**: Informática e Formação de Professores – Vol. 1; Brasília: MEC/ Secretaria de Educação a distância – 2000.

ALVES, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza Universidade Federal do Ceará, 2010.

ARANHA, Wellington L. A. **Professores eventuais nas escolas estaduais paulista**: ajudantes de serviço geral da educação. Araraquara: Unesp, 2007.

BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educacional, Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução CNE/CEB nº2 de 11 de setembro de 2001. Brasília: Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior**. Brasília, maio 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. **Decreto 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 18 abr. 2018

_____. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em 15 abr. 2018.

_____. **Decreto. 7.611**, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em 22 abr. 2018

_____. Ministério da Educação. Conferência Mundial de Educação Especial. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, políticas e Práticas na área das necessidades Educativas Especiais. Salamanca (Espanha): Unesco, 1994, p. 17-18. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 10 de abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em 10 de mai. 2018

_____. Ministério da Educação. **Lei 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em 11 de abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, Brasília, 07 de janeiro de 2008.

_____. Ministério da Educação. **Lei 13.146**, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm>. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação Básica. **Resolução Nº4**, de 2 de Outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em 18 abr. 2018.

_____. Políticas públicas e formação docente para atuação com a diversidade. In: MARTINS, L. de A. R.; PIRES, J.; PIRES, G. N. L. (Org). **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal: EDUFERN, 2009. p. 73-91.

CANÁRIO, R. A **Escola**: o lugar onde os professores aprendem. Psicologia da Educação, São Paulo, n.6, p.9-27, 1998.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DOMINGUES, Taciano Luiz Coimbra, DOMINGUES, Mariana Rosa Cavalli. Educação Especial: Historicidade e Legislação In: Encontro Científico e Simpósio de Educação, 2ª, 2009, Lins, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Unisaesiano, 2009. Disponível em:

<<http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC00614563909.pdf>>

FERREIRA, S.M.M. **Os recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem**. Estudo de caso da escola secundária Cónego Jacinto. 69 f. Monografia (Bacharelado em Ciências da Arquivos do MUDI, v 21, n 02, p. 20-31, Educação e Praxis Educativa) - Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Grande Cidade da Praia, Santiago, Cabo Verde. 2007.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. **Inclusão Escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**: Contribuições ao professor do ensino regular. In: Programa de Desenvolvimento da Educação da Secretária da Educação do governo do Paraná. Curitiba- PR, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> Acesso em 04 de mai. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 Ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTO, C. R. M.; CASTRO, R. M. de. A formação de professores para a educação inclusiva: alguns aspectos de um trabalho colaborativo entre pesquisadores e professores da Educação Infantil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 441-451, 2011.

GLAT, R; Ferreira, J. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil. **Relatório de Consultoria Técnica**. Banco Mundial, 2003. Disponível em:

<http://www.acessibilidade.net/at/kit2004/Programas%20CD/Ats/cnotinfor/Relatorio_Inclusiva/pdf/Educacao_inclusiva_Br_pt.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUIMARÃES, Walter Soares. **Formação de professores: Saberes, identidade e profissão**. 3ed. Campinas, SP: Papiros, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6-d. 5ª reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LEÃO, A. M. de C. et al. Inclusão do aluno com dismotria cerebral ontogenética: análise das práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 12, n. 2, p. 169-186, maio/ago. 2006

MAFRA, Sônia Regina Corrêa. **O lúdico e o desenvolvimento da criança deficiente intelectual**. 2008. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2444-6.pdf>>. Acesso em 05 de mai. 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas públicas** 5.ed, São Paulo: Cortez, 2005.

MICHELS, M. H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 219-232, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MONTEIRO, A. P. H.; MANZINI, E. J. Mudanças de concepções de professores do ensino fundamental que receberam alunos com deficiência em sua classe. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 1, p. 35-52, jan./abr. 2008.

NAUJORKS, M. I.; NUNES SOBRINHO, F. de P. (Orgs.). **Pesquisa em Educação Especial: O Desafio da Qualificação**. Bauru: Edusc, 2001.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Monografia (Especialização *latu sensu* em Acessibilidade Cultural, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vigotsky. **Aprendizagem e Desenvolvimento: um processo histórico**. 2ªed. São Paulo: Scipione LTDA, 2000.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula**. São Paulo: Cortez, 2001.

QUATRIN, L. B.; PIVETTA, H. M. F. Inclusão escolar e concepções docentes: do desejo idealizado à realidade prática. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 31, p. 49-61, 2008.

SANTOS, L.L.C.P. Dimensões pedagógicas e políticas da formação continuada. In: VEIGA I. P. A. (org.) **Caminhos da profissionalização do magistério**. Campinas: Papirus, 1998, p. 123-136.

SHEPPARD, Michael. **Social Work and Social Exclusion: The Idea of Practice**. Aldershot: Ashgate, 2006.

VIGOTSKY, I. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 3, p. 399-414, set./dez. 2007

ZOÍÁ, A. Todos iguais, todos desiguais. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). **Educação: diversidade e inclusão em debate**. Goiânia: Descubra, 2006. p. 13-25.

APÊNDICES



Questionário de pesquisa

- 1- Quais as dificuldades, e obstáculos que você encontra ao lidar com os alunos com deficiência?
- 2- Aponte as necessidades mais frequentes dos alunos com deficiência no que se refere ao aprendizado?
- 3- Existem cursos de capacitação oferecidos pelo município destinado aos professores no que concerne a assuntos relacionados ao ensino aprendizagem do aluno com deficiência?
- 4- Em sua prática em sala de aula você utiliza recursos pedagógicos ou tecnológicos para o ensino? Se sim, quais propostas de atividades podem ser mencionadas?
- 5- Como são realizadas as atividades em sala de aula é individual ou em grupo? Comente como se dar a interação dos alunos com deficiência e os demais alunos?
- 6- Apresente ou relate alguma experiência exitosa, que você já presenciou ao decorrer da sua prática, com o aluno com deficiência?

Figura 1: Professora de língua portuguesa ensinando aluna com deficiência intelectual a montar um porta retrato em homenagem ao dia das mães.



Figura. 2: Livros utilizados pelos alunos deficientes

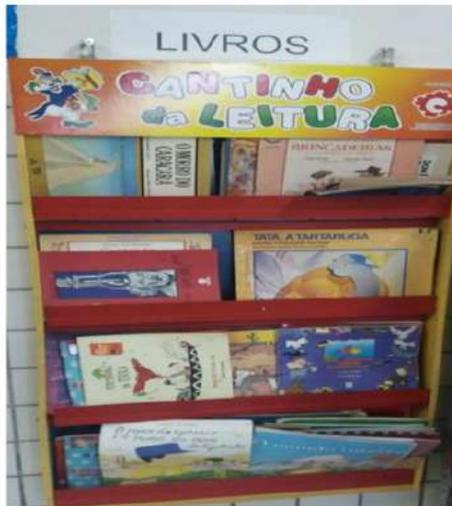


Figura 3: Recursos didáticos através de jogos



Figura 4: Deficiente intelectual



Figura 5: Deficiente físico



Figura 6: Deficientes auditivos



Figura 7: Professora de Língua portuguesa ensinando a uma deficiente física com acompanhamento de uma cuidadora



Figura 8: Professora ensinando à aluna com deficiência física

